



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 11 de novembro de 2025

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,77% São Paulo	150.454	R\$ 5,307 (-0,53%)	R\$ 1.518	R\$ 6,136	14,90%	14,90%	Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48
0,81% Nova York	155.257						
	5/11 6/11 7/11 10/11						

MERCADO DE TRABALHO

Governo e empresários divergem sobre jornada

Em debate promovido pela Comissão do Trabalho da Câmara, empresários disseram que o Brasil não está pronto para diminuir os dias trabalhados, enquanto o ministro Marinho defendeu a alteração

» LETÍCIA CORRÊA*

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, retrucou, ontem, empresários do setor produtivo que defendem a definição da jornada de trabalho por meio de negociação coletiva, sem precisar de alterações na legislação trabalhista. De acordo com Marinho, a imposição por lei é a única forma de acabar com a escala 6x1.

“Se é verdade que as negociações dão conta, por que não deram conta até hoje?”, indagou o ministro em audiência pública promovida pela subcomissão especial da escala 6x1, que discute o tema na Câmara dos Deputados. “A realidade real e concreta é que, se não houver uma imposição por lei, vai passar mais um século e terá trabalhadores brasileiros trabalhando 44 horas semanais”, acrescentou, citando ainda que, quando houve a redução das 48 horas de trabalho semanais para 44, muitos empresários “achavam que o mundo ia acabar, mas ficou tudo bem”.

Antes de Marinho, empresários defenderam que o Brasil não está pronto, economicamente, para dar fim à jornada trabalhista vigente. Eles disseram que as negociações, já incluídas em leis, podem dar dignidade ao trabalhador e não causar prejuízos ao sistema monetário do Brasil.

“A redução da jornada vai provocar uma redução da contribuição previdenciária e o impacto negativo daquelas categorias que negociaram jornadas diferentes. O Supremo Tribunal Federal já validou e reconheceu a negociação coletiva. A economia internacional mostra que a redução de jornada tem que ser feita de forma pausada, adequando a cada tipo de atividade e a cada tipo de de

situação. Infelizmente eu não venho trazendo boas notícias, mas a minha preocupação é que a gente discutindo, dialogando, faça parte do processo de transformação e da busca de melhoras para todos nós”, argumentou o diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Presidente Executivo da Fecomércio-SP, Ivo Dall’Acqua.

A representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sílvia Lorena Teixeira, seguiu na mesma linha de Dall’Acqua. “O Brasil não está pronto para receber uma imposição legal de redução de jornada. Países que reduziram o número de horas trabalhadas o fizeram de forma gradual, negociada e acompanhada por aumento de produtividade acumulada ao longo e esse não é o caso do Brasil. Há anos a produtividade do Brasil está estagnada”, ela argumentou.

Paulo Henrique Barbosa, que representou o Ministério do Emprego e Previdência na audiência, sugeriu medidas compensatórias para as microempresas, que são as que mais sofrem impactos da redução das jornadas trabalhistas, e as Short Fridays (sextas-feiras mais curtas nos trabalhos), podem representar formas de gerar um equilíbrio entre a dignidade do trabalhador e dos empresários.

Diálogo

A deputada Erika Hilton (PSol-SP), que apresentou a proposta de redução da jornada, afirmou que está ouvindo diversos setores econômicos e com todos os Ministérios para adequar o texto que pretende acabar com a escala 6x1. “Estamos conversando com todos os ministérios do governo para que possam também nos ajudar com

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



A redução da jornada de trabalho está em análise na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados

subsídios e com números importantes para desconsiderar e descaracterizar caricaturas da proposta. Sigamos ouvindo, construindo, debatendo e analisando todos os povos que ainda porventura possam ser levantados como indagações, preocupações, provocações, tudo é muito bem-vindo e válido. Mas sabemos, o Brasil está preparado, maduro, político e economicamente para que nós possamos avançar com mais essa matéria e nós avançaremos”, disse.

Na avaliação do presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, Leonardo Prates (PDT - BA), uma forma que agrade tanto as empresas, quantos os trabalhadores

brasileiros, é a resposta certa.

“O diálogo sempre acima de tudo e encontrar um caminho que preserve os empregos, preserve os empreendedores do nosso país e dê melhor qualidade de vida ao nosso trabalhador. Todos aqui estamos chegando a um caminho de transição, com uma diminuição e que não seja tão impactante para todos, mas que dê ao cidadão e ao trabalhador a vida além do trabalho”, falou Prates.

“O fundo patronal não quer deixar o trabalhador evoluir, se qualificar. Eles querem manter a gente nesse regime de escravidão, querem que a gente não consiga sair dessa realidade. Quando a representante do CNI fala que o trabalhador do Brasil produz menos que

o de outros países, mas o fundo patronal desses países já mudou de pensamento e investem na mão de obra e nos equipamentos. Eles têm a mesma qualificação e a qualidade de vida que a gente?”, questionou o diretor Financeiro da Força Sindical Estadual do Distrito Federal, Willian Ferreira da Silva.

Marinho aproveitou para pedir ao Parlamento que discuta a pejoitização. “Sinto falta do Parlamento falando mais sobre trabalho. Estamos assistindo a grandes fraudes nos trabalhos brasileiros, as empresas chegam no trabalhador, falando que o emprego é deles, mas impõem condições da pejoitização”

* Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

BOLSAS

Boa notícia nos EUA anima mercado

» RAPHAEL PATI

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) segue colecionando recordes e atingiu novamente uma marca histórica no pregão de ontem. No primeiro dia da semana, a bolsa brasileira ultrapassou a marca dos 155 mil pontos e fechou em alta de 0,77%, aos 155.257 pontos. No mesmo pregão, o dólar recuou 0,48% e fechou o dia cotado a R\$ 5,30, no menor patamar de fechamento desde o último dia 23 de setembro.

O principal índice da B3 reagiu positivamente às notícias no exterior, mais especificamente nos Estados Unidos, onde o Senado chegou, enfim, a um acordo entre os partidos Republicano e Democrata sobre o fim da paralisação histórica nos serviços públicos do país, que já dura mais de 41 dias.

Com a notícia positiva, as principais bolsas dos Estados Unidos também tiveram um dia de alívio, com o Índice Dow Jones encerrando as operações em alta de 0,81%.

O especialista em investimentos da Nomad, Bruno Shahini, ressalta que o dólar estendeu a sequência de quedas frente ao real, acompanhando a desvalorização global da moeda americana diante das moedas de países emergentes ligadas a commodities. “O avanço das negociações no Senado dos EUA para encerrar o shutdown impulsionou o apetite por risco, reduzindo a busca por proteção e favorecendo moedas como o real. Além disso, declarações de dirigentes do Federal Reserve (Fed) — Banco Central dos EUA — indicando que a política monetária está em um nível restritivo, mas que a economia americana dá sinais de moderação, contribuíram para a percepção de que o ciclo de cortes de juros pode seguir em ritmo gradual”, analisa.



RAUL VELLOSO

O GRANDE DRAMA, AQUI, É A DERRUBADA DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB QUE TAMBÉM SE SEGUIRIAM, POIS ESSA INDESEJÁVEL CONSEQUÊNCIA SE TORNARIA INEVITÁVEL DIANTE DA DERROCADA DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA.

Como lidar com o envelhecimento populacional

Com base nas chamadas “Razões de Dependência de Idosos – RDI”, que se medem pelas participações percentuais do número de pessoas com menos de 15 e mais de 65 anos na parcela da população entre 15 e 65 anos, o cada vez mais rápido grau de envelhecimento de nossa população, comparativamente ao de toda a Europa e dos Estados Unidos, e atestado por RDI crescentes, é algo que levanta questões instigantes. (O próprio MEC definiu a frase “Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira”, como o tema da redação do Enem 2025).

Entre outros efeitos, isso tenderá a pressionar fortemente para cima os pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais, ao se examinar a situação do mesmo tipo de pessoa em anos à frente, o que tende a dificultar sobremaneira a gestão financeira respectiva.

Dá ser o caso de se fazer, para governos como o nosso, que devem vir acompanhando uma forte subida

das RDI à distância, a busca de uma boa solução para tais pressões financeiras que se estão criando e desdobrando em várias frentes de batalha, a exemplo de um potente esforço de equacionamento dos passivos atuariais (ou sua própria zeragem) que devem estar se acumulando nas citadas frentes.

Enquanto não se vê o resultado desse tipo de esforço, a opção das autoridades é reduzir drasticamente seus próprios investimentos em infraestrutura, que seriam os itens mais flexíveis dos orçamentos públicos, embora, ao mesmo tempo, cruciais para a viabilização de taxas de crescimento mais elevadas do PIB e do emprego que resultariam alternativamente, e que qualquer governo sonharia em implementar. Só que, enquanto a queda real dos investimentos públicos em infraestrutura é bem visível desde 2006, a das inversões privadas na mesma área (que se podem perceber com total clareza há mais tempo, desde 1997), tendem

a seguir de perto os movimentos do ramo público, o que talvez reduza a necessidade de um ajuste de maior dimensão.

Nessas condições, o grande drama, aqui, é a derrubada das taxas de crescimento do PIB que também se seguiriam, pois essa indesejável consequência se tornaria inevitável diante da derrocada dos investimentos em infraestrutura.

Só que, para complementar essa análise, caberia examinar um gráfico que contivesse as mesmas curvas relativas à disparada, para cima, dos gastos previdenciários antes citados, contemplando o período 2006-21, juntamente com a desabada da taxa de investimento público em infraestrutura (razão investimento-PIB), contemplando um período ainda mais longo: 1980-2022.

A propósito, entre 2000 e 2010, tivemos uma década de tentativas de recuperação da taxa do investimento público em infraestrutura, mas nos demais anos houve uma sistemática

derrocada dessa mesma taxa. Não foi outro o motivo, então, para a taxa de crescimento real do PIB ter mostrado um desempenho tão pífio como o que tem acontecido nas últimas décadas.

Passando, agora, a alguns dos levantamentos de RDI produzidos mais recentemente, segundo estudos de entidades internacionais cobrindo, primeiro, o período de 65 anos entre 1950 e 2015, então as três RDI, que haviam alcançado, em 1950, a marca de cerca de 5% no caso brasileiro, e, ao lado disso, algo ao redor do dobro desse valor tanto nos Estados Unidos como na Europa (nestes últimos dois casos, cerca de 12%), acabaram se posicionando sobre trajetórias ascendentes que, ao longo do tempo, terminaram estacionando sobre marcas próximas do dobro das registradas em 1950 (11 relativamente a 5% no Brasil, e 22/26 comparativamente a 12% nos EEUU e na Europa), mantendo mais ou menos intacta a relação entre as três

trajetórias.

Já se olhássemos mais à frente para o ano de 2055, constataríamos que, agora, a RDI do Brasil aumentaria bastante relativamente à média das demais nações, no caso para um número que representaria algo ao redor de 3,5 vezes o que teria de fato ocorrido em 2015. Quanto ao caso dos EUA, o aumento não seria tão expressivo como teria ocorrido no Brasil, mas mesmo assim seria algo bastante relevante. Já no caso da Europa, na comparação 2015-2055, teria havido um aumento nada trivial, da ordem de 100%, mas ainda assim em percentual inferior ao que teria ocorrido no caso brasileiro.

Finalmente, para encerrar a análise com base no mesmo gráfico, ver-se-á que, ao se aproximar o ano de 2095, projetar-se-ão Brasil e Europa terminando até relativamente próximos entre si na comparação 2055-2095, com uma RDI 1,5 vez maior, no caso do Brasil, e 1,2 vez, no caso da Europa, respectivamente.

Só que, como resumo final, o Brasil terminaria o período total considerado (1950-2095) crescendo sua RDI 11,2 vezes acima (melhor dizendo, bem acima do que estaria ocorrendo com o Continente Europeu — nesse último caso, 5 vezes), o que seria bem pior para nós, muito embora a Europa mostrasse um desempenho ainda pior (ou seja, um crescimento total maior ainda), comparativamente ao que ocorria com os EEUU. Nesse sentido, o posicionamento relativo de nosso País, em termos do grau de envelhecimento populacional é bem mais frágil do que o do mundo desenvolvido. Ou seja, nossas autoridades precisam definir políticas adequadas para minorar as consequências desfavoráveis do nosso posicionamento relativo em termos da dependência de idosos, basicamente concentrando esforços na realização do chamado equacionamento atuarial, o que quer dizer o mesmo que a zeragem de seus passivos atuariais.